RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Terca-Feira, 22 de Outubro de 2024

Chiquinho Brazão depõe, chora e diz que fizeram 'maldade' com Marielle

DEPOIMENTO AO STF

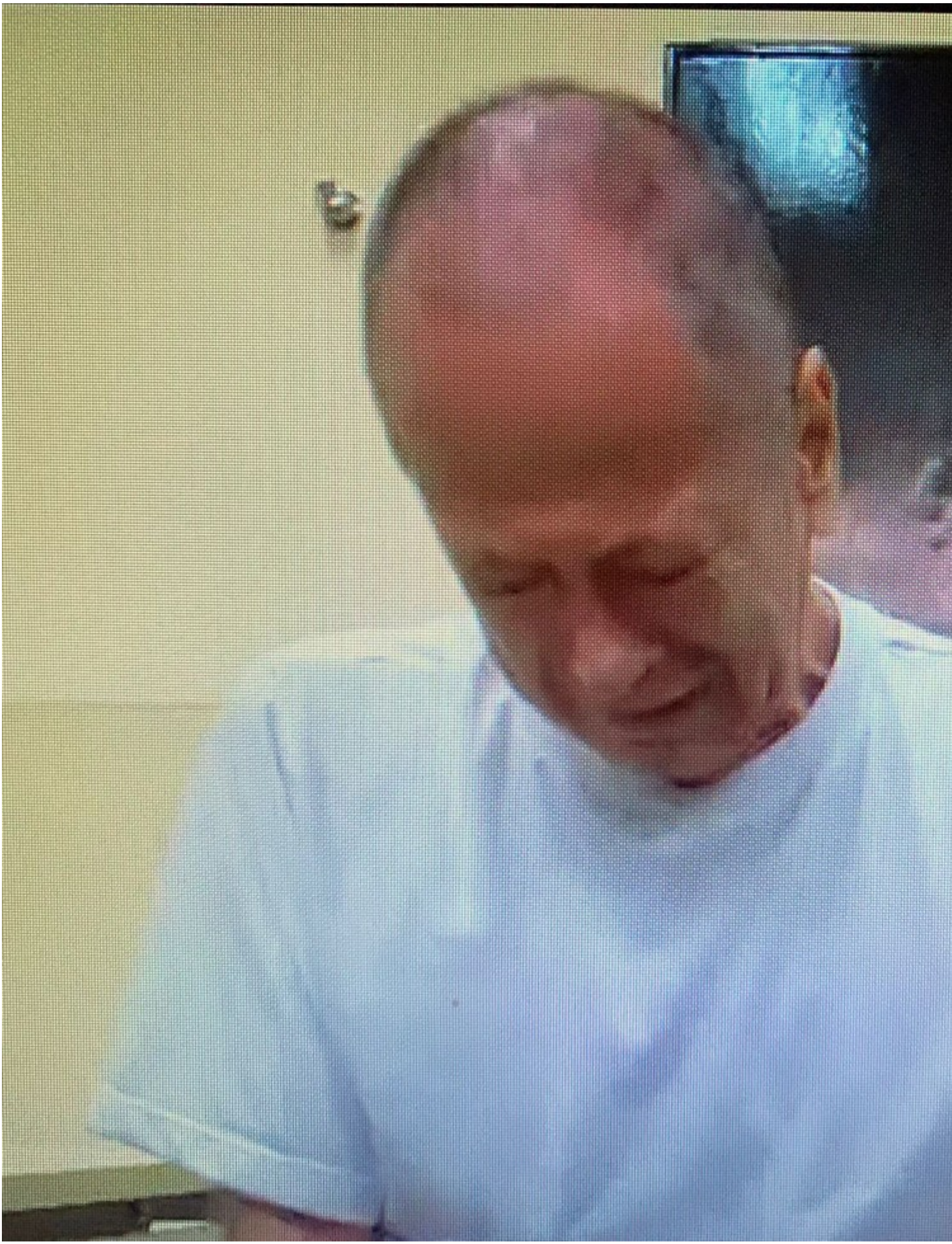
g1

O deputado federal Chiquinho Brazão, preso acusado de ser um dos mandantes da morte da vereadora Marielle Franco, em março de 2018, se emocionou duas vezes no depoimento que presta, na tarde desta segunda-feira (21), por videoconferência, no Supremo Tribunal Federal (STF).

Com 10 minutos de depoimento, ao falar sobre seus irmãos e de sua história de vida, o deputado Chiquinho Brazão se emocionou. Vinte minutos depois chorou novamente ao falar dos passeios de domingo com os netos.

No minuto seguinte, o deputado federal falou que Marielle era uma pessoa muito amável:

"Fizeram uma maldade muito grande com ela. Marielle sempre foi minha amiga. Era uma vereadora muito amável e com quem a gente tinha uma boa relação. Ela (Marielle) sempre foi muito respeitosa e carinhosa", disse Chiquinho Brazão.



Deputado federal Chiquinho Brazão chora em depoimento ao STF nesta segunda-feira (21) — Foto:

Reprodução

A sessão de Chiquinho é a primeira das cinco que serão feitas nesta semana com os réus do caso Marielle Franco e Anderson Gomes. A audiência prevista para começar às 13h começou com 48 minutos de atraso.

Chiquinho garantiu ao desembargador Airton Vieira, que conduz a audiência, que não conhece Ronnie Lessa, assassino confesso de Marielle, e que se encontrou apenas quatro vezes com Edmilson Oliveira da Silva, o Macalé.

De acordo com investigações da Polícia Federal e a denúncia da Procuradoria Geral da República, Macalé foi o responsável por levar a "encomenda" pelo assassinato de Marielle a Lessa. Macalé foi assassinado em novembro de 2021, em Bangu.

Questionado pelo promotor Olavo Pezzotti, auxiliar da Procuradoria Geral da República, o deputado federal respondeu sobre grilagem e projetos na Câmara dos Vereadores sobre regularização de terrenos. Não houve perguntas diretas do promotor sobre o planejamento da morte de Marielle.

Nesta terça-feira (22), Chiquinho Brazão volta a depor a partir das 13h. Dessa vez, responderá a perguntas das assistentes de acusação que representam as famílias de Marielle e do motorista Anderson Gomes, além dos advogados dos outros quatro réus do processo.

Os depoimentos estão previsto para durar até a sexta-feira (25). Todas as audiências serão por videoconferência, já que os réus estão em presídios de segurança máxima.

Marielle Franco e Anderson Gomes — Foto: Reprodução/JN

A estrutura do depoimento foi informada pelo desembargador Airton Vieira, que conduz a audiência:

O réu, no caso Chiquinho Brazão, tem tempo livre para falar sobre o caso. Depois, o deputado federal responderá a perguntas da acusação e até do próprio desembargador. A seguir, responde a perguntas das defesas dos outros réus e a questões de seu advogado.

O desembargador Airton Vieira conclui fazendo perguntas caso entenda necessário.

Chiquinho ao lado do advogado Murilo Marcelino de Oliveira — Foto: Reprodução

O processo tem como relator Alexandre de Moraes, e os réus também serão julgados em um júri no Tribunal de Justiça do Rio. Veja a ordem dos interrogatórios:

1. Segunda, dia 21/10 - Chiquinho Brazão
2. Terça, 22/10 - Domingos Brazão
3. Quarta, 23/10 - Robson Peixe
4. Quinta, 24/10 - delegado Rivaldo Barbosa
5. Sexta, 25/10 - Major Ronald

Os réus já tinham prestado depoimento após as prisões e apresentado defesa após as denúncias. Essa fase de interrogatório faz parte da instrução penal. Depois dessa semana, tanto as defesas quanto a acusação vão ter cinco dias para avaliar se vão pedir novas diligências. Caso não peçam, o processo entra na fase de alegações

finais.

O que dizem depoimentos

O g1 fez um resumo dos primeiros 15 dias de audiência do processo que apura a responsabilidade de supostos mandantes nos assassinatos de Marielle Franco e Anderson Gomes. Foram cerca de **75 horas de depoimentos de 10 testemunhas**. Todas arroladas pela Procuradoria Geral da República (PGR).

Em três semanas, houve depoimentos que reforçaram a investigação, enquanto outros mantiveram dúvidas que não foram levadas em conta pelo ministro Alexandre de Moraes, relator do caso no STF, na homologação das delações premiadas de Ronnie Lessa e Élcio de Queiroz e ao aceitar a denúncia da PGR.

São **cinco os réus** do processo no Supremo:

*** Domingos Brazão** - Conselheiro do TCE do RJ é apontado como mandante da morte de Marielle.
*** Chiquinho Brazão** - Deputado federal também responde como mandante junto com o irmão, Domingos.
*** Rivaldo Barbosa** - Delegado da Polícia Civil do RJ é acusado de saber do crime antes de sua realização, em 14 de março de 2018, quando ocupava a direção da Divisão de Homicídios.
*** Ronald Paulo Pereira** - Major da PM está preso por outro processo por envolvimento com a milícia de Rio das Pedras, na Zona Oeste do Rio, onde teria praticado homicídios e ocultação de cadáver. No caso Marielle, o major Ronald é acusado de participar do homicídio ao monitorar os passos da vereadora.
*** Robson Calixto Fonseca**, o Peixe - Policial militar. É acusado de integrar a organização criminosa que seria chefiada, de acordo com a denúncia da PGR, pelos irmãos Brazão. Segundo a denúncia, Peixe teria ajudado a desaparecer com a MP5, submetralhadora usada para matar Marielle.

'Marielle foi meu escudo'

Os depoimentos no STF tiveram início no dia 12 de agosto com o relato de **Fernanda Chaves**, assessora de Marielle e que estava no carro no momento do crime. Segundo ela, a vereadora serviu de escudo para que não fosse atingida pelos disparos.

"Não fui atingida porque Marielle foi meu escudo. Simplesmente, essa é uma leitura que eu faço. Eu estava muito próxima da Marielle, a gente estava olhando um celular da outra. A Marielle é uma mulher grande, alta, larga, grande. E no primeiro momento, eu me enrolei, me enrolei em um caracol e me afundei entre meu banco e o banco do Anderson", relatou a assessora.

Fernanda foi a primeira a falar que havia uma rusga entre Marielle e Chiquinho Brazão e que a defesa da moradia sempre foi uma pauta da vereadora. O relato foi reforçado pelo delegado federal Guilhermo Catramby e pelos agentes federal Marcelo Pasqualetti e Felipe Alves que vieram nos dias seguintes. Cada um dos federais respondeu a perguntas por três dias cada.

Questionamentos ao processo

As **defesas comemoraram** quando Élcio de Queiroz entrou em contradição com relatos feitos por Ronnie Lessa entre a terça (27) e a quinta (29).

Mesmo com o relato de Lessa de que compartimentava as informações que chegavam a Élcio, o depoimento do motorista do Cobalt prata, em que os assassinos confessos estavam na noite do crime, foi visto pelos defensores como mais um ponto para tentar derrubar duas delações premiadas homologadas pela Justiça.

Em cinco horas, Élcio contou que a submetralhadora MP5 era de Lessa o que contradizia o depoimento prestado pelo comparsa dias antes. Lessa diz que recebeu de Macalé e depois descartou com milicianos de Rio das Pedras, enquanto Élcio contou que pertencia ao amigo de três décadas.

Élcio de Queiroz em depoimento no STF sobre o caso Marielle — Foto: Reprodução

Além disso, o relato de Lessa de que ele foi contratado para o crime, enquanto Élcio disse que ouviu ser "pessoal", o que logo completou: "Faz sentido se houver uma afronta. Nunca ouvi o nome da senhora Marielle", contou Élcio.

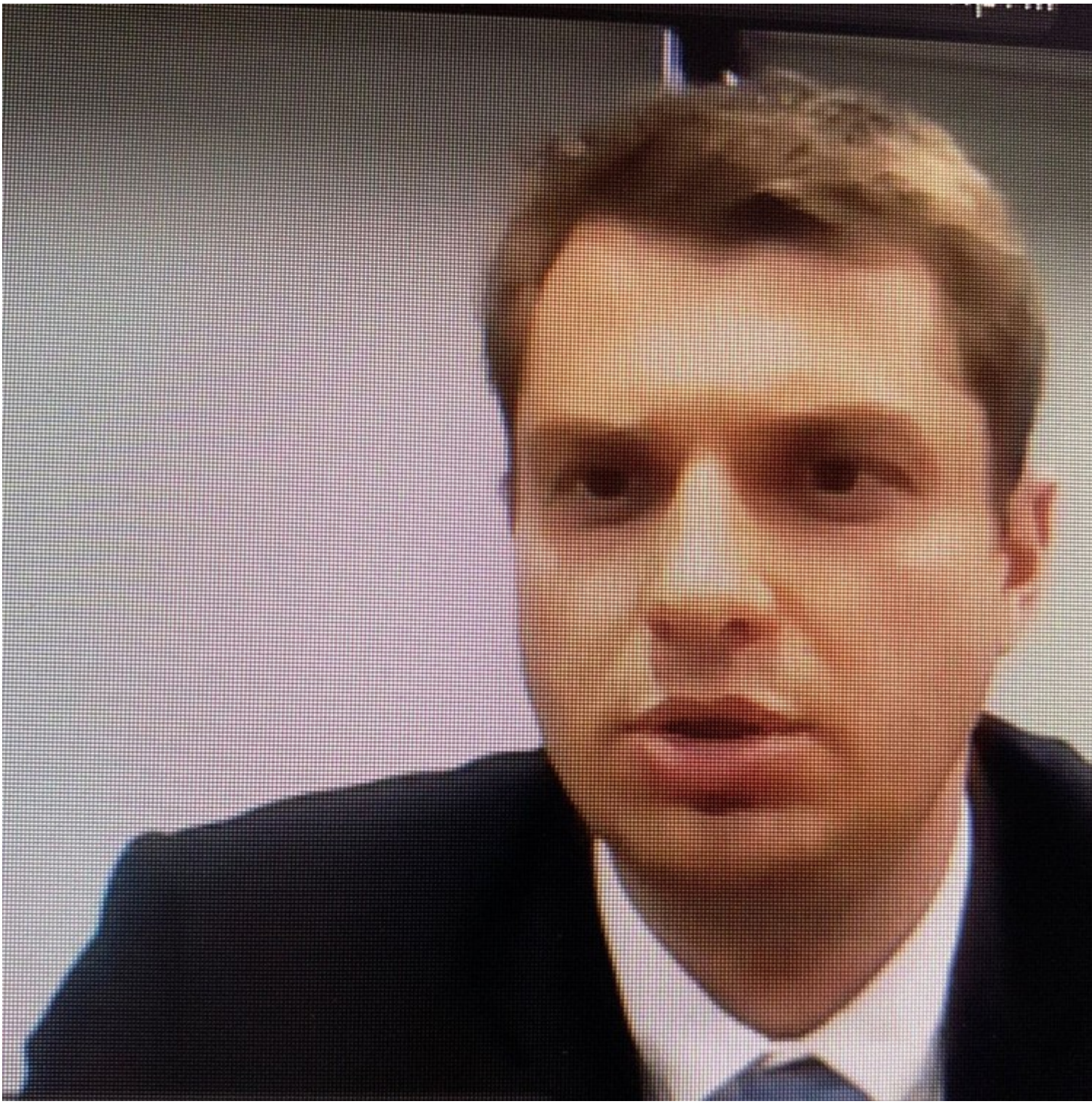
Ele também conta ainda que recebeu uma foto com várias mulheres, além de Marielle, enquanto Lessa diz que a imagem era apenas da vereadora.

"Eu não participava dessa rede de crimes do Ronnie Lessa", disse Élcio.

Corrupção policial

Os depoimentos levaram para o STF um tema distante da Corte: a corrupção na Polícia Civil do Rio. Mais especificamente, na Delegacia de Homicídios, na ocasião em que o delegado Rivaldo Barbosa comandava a unidade ou depois como Chefe de Polícia.

"Quando assumimos o caso Marielle chamou a atenção uma série de perguntas que não haviam sido respondidas passada meia década do crime. Você vai ver e havia uma taxa irrisória de elucidação de homicídios durante essa administração", analisa o delegado federal Guilhermo Catramby.



Delegado Brenno Carnevale, secretário de Ordem Pública do Rio — Foto: Reprodução

"Havia um balcão de negócios na DH. A morte de Marielle é uma inércia desse balcão de negócios", relata em seu primeiro dia de depoimento o agente Marcelo Pasqualetti.

Em seu relatório, a PF lista que crimes do chamado Escritório do Crime não foram solucionados pela DH sob Rivaldo Barbosa.

Ronnie Lessa não integrava o grupo de matadores, mas a ideia de trazer o tema ao tribunal, segundo apurou o g1, foi mostrar a suposta leniência dos gestores da polícia na época com assassinatos praticados entre milicianos, contraventores ou organizações criminosas.

As apurações sobre os assassinatos do ex-policial Geraldo Pereira e do policial André Serralho, ocorridos em maio e agosto de 2016, por exemplo, citadas pelo secretário de Ordem Pública da Prefeitura do Rio, o delegado Brenno Carnevale, por exemplo, desapareceram.

"Recebi os dois inquéritos (Pereira e Serralho) com sete folhas cada um. Fiz despachos saneadores, pedindo diligências e aí, os inquéritos somem. Perguntava no cartório e diziam que estava com o pessoal da investigação. Perguntava ao pessoal da investigação e diziam que estava no cartório. Ficava um desencontro de informações e nunca mais vi os documentos", explicou Carnevale.

Testemunhas mortas

Parte dos personagens citados na audiência por algumas testemunhas morreram ao longo dos anos. O principal deles é Edmílson Oliveira da Silva, o Macalé. É a ele que Ronnie Lessa atribui em sua delação ter trazido o "serviço" de matar Marielle Franco.

Macalé foi assassinado em 2021. Até hoje, a sua morte não foi solucionada. Para tentar corroborar esse relato de Lessa, a Polícia Federal demonstrou vínculos de Macalé com os irmãos Brazão. Eles foram citados como braços políticos na região de Oswaldo Cruz, na zona norte do Rio, onde Macalé atuava.

A PF também demonstrou que Macalé, Lessa e Chiquinho já se conhecem desde o ano 2000, na casa de Jorge Santhiago José Geraldo, ex-servidor da Alerj. Santhiago teve um infarto e morreu em 2008.

Outros citados, já mortos, são o capitão Adriano da Nóbrega e tenente João André, chefes do Escritório do Crime. Adriano e Lessa se desentenderam por Lessa se negar a pedido de João de lavar R$ 30 mil mensais em sua academia para o capitão. Por este motivo, Ronnie Lessa deixou a favela de Rio das Pedras, na Zona Oeste.

"Dizer não a eles (Adriano e João) era o mesmo que xingar a mãe dele. Ali ficou um arranhão. E o problema com Adriano é a morte", disse Lessa. O tenente João foi assassinado em março de 2016, enquanto o capitão Adriano foi morto em 2020, na Bahia.

Crime no Rio

O caso Marielle levou ainda para a Corte superior um outro assunto que faz parte do dia a dia carioca, mas parecia distante do poder em Brasília: a constituição das milícias, dos grupos de extermínio e da narcomilícia.

O tema veio à tona com o depoimento de Orlando Oliveira de Araújo, o Orlando Curicica. O miliciano da Zona Oeste do Rio, preso na Penitenciária Federal de Campo Grande, contou como foi o início do Escritório do Crime:

"O Pereira tinha relação com o jogo do bicho e ele me contava que o Escritório do Crime era um grupo de extermínio que surgiu com o apoio dos bicheiros. Até a década de 1990, cada bicheiro tinha o seu matador, mas isso facilitava na descoberta do mandante dos crimes. Então, os bicheiros terceirizaram os homicídios. Ao mesmo tempo, a Delegacia de Homicídios não investigava os crimes", contou Orlando.

Ronnie Lessa em depoimento nesta terça-feira (27) no STF — Foto: Reprodução

A partir daí, teve início uma citação infindável de bicheiros como Rogério Andrade, Bernardo Bello (foragido) e Celso Curi (citado na investigação contra o ex-prefeito Marcelo Crivella), a comunidade de Rio das Pedras, berço da milícia no Rio, além do desmanche do Cobalt prata, no alto do Morro da Pedreira, outra comunidade na zona norte da cidade.

"O que conheço do Rio é como turista. Agora estou conhecendo o Rio de outra forma. Quem é hoje a pessoa do miliciano?", questionou a Ronnie Lessa o desembargador Airton Vieira, auxiliar do ministro Alexandre de Moraes e que conduz as audiências no STF.

"Não é, necessariamente, o policial. Pode ser um civil. Tem um tal de Lica (Helio Balbino Filho), que era lavador de carro, miliciano e se associou ao Comando Vermelho. Pelo que eu ouvi dizer explora gás, kombi e ainda está vendendo cocaína e maconha. Narcomilícia. Por isso que tem gente que diz por aí: "sou polícia,

mas não sou milícia", respondeu Lessa.

Desembargador Airton Vieira, em sessão do caso Marielle no STF — Foto: Reprodução